MPMS Ministério Público MATO GROSSO DO SUL

DIÁRIO OFICIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL

Campo Grande – MS
terça-feira,
7 de janeiro de 2020

33 páginas | Ano XI - Número 2.118 | mpms.mp.br

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Riciotti*
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Avila*
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*
Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Morais*
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safraider*
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

EXPEDIENTE EXTERNO:
De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA
Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 *e-mail*: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 *e-mail*: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 026/2019-PGJ, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

Altera a Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 abril de 212, que dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento e das funções de confiança do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere artigo 7º, inciso VI, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 e considerando o disposto no § 5º do artigo 4º da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1° Acrescentar e alterar ao Anexo Único da Resolução nº 006/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, as atribuições do cargo em comissão de chefia e assessoria estabelecidas no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 27 de dezembro de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em Exercício

Anexo Único da Resolução nº 026/2019-PGJ, de 27 de dezembro de 2019.

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
ASSESSOR DE INTELIGÊNCIA	ASSESSOR DE INTELIGÊNCIA	MPAS-202
SUBORDINAÇÃO: COORDENADOR DO CENTRO DE PESQUISA, ANÁLISE, DIFUSÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – CI/MPMS		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
Efetuar as atividades da assessoria de inteligência, cabendo-lhe ainda: 1. Realizar as atividades relacionadas à sua função e determinadas pelo Coordenador do CI através de ordens de serviço e ordens de diligência, atentando-se para o prazo de cumprimento. 2. Planejar a operacionalidade do núcleo de análise da informação tecnológica do CI. 3. Realizar a produção do conhecimento da informação, elaborando registros estatísticos. 4. Coletar, catalogar, analisar e arquivar os dados referentes à produção da informação. 5. Registrar todo o procedimento desenvolvido para a produção da informação. 6. Elaborar, cumprir, fiscalizar e manter o plano de inteligência tecnológica do CI. 7. Elaborar programas de acompanhamento de situações ou de organizações criminosas, elaborando mapas, dados e análises da informação coletada. 8. Emitir relatório específico e detalhado de toda a fase de produção da informação sempre que solicitado pela Coordenação do CI. 9. Registrar e emitir mensalmente à Coordenação do CI o resumo de todas as atividades desenvolvidas no período. 10. Efetuar a análise, o controle e manutenção dos equipamentos de inteligência tecnológica de interceptação de mídias. 11. Manter o registro de todas as ordens de serviço determinadas pela Coordenação do CI, relacionados à sua atividade. 12. Zelar pela manutenção dos *hardwares* e *softwares* destinados a coleta, análise e arquivamento da informação submetida ao controle do CI. 13. Zelar pela garantia da cadeia de provas nos documentos encaminhados ao setor nos termos da legislação. 14. Coletar, catalogar, analisar e arquivar os dados referentes à produção da informação de extrações forenses realizadas no CI. 15. Exercer outras funções que lhe forem conferidas pelo Coordenador do CI.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Curso superior completo.		

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE DEPARTAMENTO	CHEFE DO DEPARTAMENTO CENTRO DE PESQUISA, ANÁLISE, DIFUSÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	MPDS-104
SUBORDINAÇÃO: COORDENADOR DO CENTRO DE PESQUISA, ANÁLISE, DIFUSÃO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – CI/MPMS		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
01. Assistir o Coordenador do CI/MPMS nos assuntos de atribuição do Departamento. 02. Prestar, quando necessário, os devidos esclarecimentos ao coordenador do Departamento. 03. Realizar outras atividades, determinadas pelo coordenador, decorrentes do pleno exercício do cargo. 04. Prestar suporte administrativo à coordenação em reuniões e eventos promovidos pelo CI ou por seu intermédio. 05. Representar o coordenador nos casos de ausências e impedimentos eventuais, quando designado. 06. Propor ao coordenador a requisição de informações quando estas não puderem ser obtidas em fonte de dados disponíveis em setores internos. 07. Planejar, dirigir, orientar, supervisionar, avaliar e controlar a execução de projetos e atividades de análise e diligência demandadas ao departamento. 08. Estabelecer junto à coordenação metas, planos e programas de trabalho, visando o alcance dos objetivos propostos e maior celeridade na execução dos processos. 09. Desenvolver junto à coordenação o juízo de admissibilidade e prioridade dos pedidos de análise e diligência remetidos ao departamento. 10. Propor à coordenação planejamento estratégico, com cronograma anual de atividades a serem desempenhadas pelo departamento. 11. Consolidar os dados encaminhados pelos setores integrantes do departamento para elaboração da Proposta Anual de Orçamento e de relatórios destinados a apresentar as atividades e outras realizações desenvolvidas no âmbito da Instituição. 12. Propor a aquisição de recursos, sistemas e/ou equipamentos de segurança necessários ao desempenho de suas atribuições. 13. Realizar a avaliação de desempenho dos servidores com aprovação da coordenação. 14. Controlar a frequência dos servidores sob sua direção. 15. Controlar o andamento das atividades desempenhadas no departamento. 16. Planejar, supervisionar e controlar o andamento do sistema de solicitações de apoio técnico do CI. 17. Dar andamento as solicitações dentro do sistema SAJ/MP ou outro que venha a substituí-lo com auxílio da Secretaria do departamento. 18. Gerir projetos e recursos de tecnologia da informação disponíveis no departamento. 19. Prospectar inovações tecnológicas que sejam estratégicas às atividades desenvolvidas pelo departamento. 20. Envidar esforços com a finalidade de manter os recursos de tecnologia da informação atualizados, modernos e compatíveis com as atividades desenvolvidas pela inteligência. 21. Propor o desenvolvimento e disponibilização de recursos tecnológicos específicos para as atividades de inteligência, por meio de soluções próprias ou contratadas, as últimas a partir de processo de aquisição ou celebração de convênios com outros órgãos públicos e instituições públicas ou privadas. 22. Examinar minutas de termos de referência e projetos básicos pertinentes a licitação, bem como contratos, convênios, acordos ou quaisquer compromissos pactuados pelo departamento. 23. Manter registro e controle de todos os convênios, contratos, acordos ou quaisquer compromissos pactuados pela área. 24. Adotar outras medidas indispensáveis à realização dos processos licitatórios destinados à contratação de produtos e serviços destinados ao departamento, no que couber à chefia. 25. Zelar pelo cumprimento das diligências requeridas pelos órgãos internos do Ministério Público; 26. Elaborar normas e desenvolver atividades relativas à proteção do conhecimento, zelando pela segurança dos recursos humanos, do material, das comunicações, da telemática e dos espaços físicos, no âmbito do departamento; 27. Organizar, orientar e inspecionar as atividades de análise e operações; 28. Atender às solicitações de informações de membros do Ministério Público, autorizadas pelo coordenador; 29. Fomentar e difundir a cultura de proteção do conhecimento sensível no âmbito institucional; 30. Colaborar, articulando-se com os demais componentes organizacionais, na elaboração de instrumentos de interesse do setor; 31. Salvaguardar dados e informações classificados como sigilosos, produzidos no âmbito do Ministério Público, bem como os recebidos de outros órgãos. 32. Auxiliar o Coordenador na elaboração e atualização do regimento interno do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação – CI. 33. Auxiliar na elaboração, cumprimento e fiscalização do Plano de Inteligência. 34. Zelar pela garantia da cadeia de provas nos documentos encaminhados ao setor nos termos da legislação. 35. realizar outras atividades determinadas pelo Coordenador do CI.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Curso superior completo.		

PORTARIA Nº 4753/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4523/2019-PGJ, de 3.12.2019, publicada no DOMP nº 2106, de 5.12.2019, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça Criminais, referente ao ano de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS CEL.: 98478-2062
20 (18h01min) a 27.1.2020 (7h59min)	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo
27.1 (18h01min) a 3.2.2020 (7h59min)	Helton Fonseca Bernardes

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS CEL.: 98478-2062
20 (18h01min) a 27.1.2020 (7h59min)	Helton Fonseca Bernardes
27.1 (18h01min) a 3.2.2020 (7h59min)	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4756/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 25.6 a 2.7.2018 e 23 a 30.7.2018, a serem usufruídos no período de 10 a 13.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4758/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4498/2019-PGJ, de 3.12.2019, na parte que estabeleceu o 1º período de férias do Procurador de Justiça Helton Fonseca Bernardes, de forma que, onde consta: “26.2 a 6.3.2020”; passe a constar: “29.1 a 7.2.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4737/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea "f", do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 10ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Suzi Lucia Silvestre da Cruz D'Angelo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da 1ª Vara Criminal Residual da referida Comarca, no dia 18.12.2019, referente ao Processo nº 0000525-66.2016.8.12.0048.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4738/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, nos dias 16 e 17.12.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4739/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 4 (quatro) dias de licença por luto, a partir de 8.12.2019, em razão do falecimento de sua avó, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4740/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 3 (três) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, por ter atuado no período de 1º a 7.1.2019, a serem usufruídos no período de 17 a 19.12.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4742/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto 1 (um) dia de compensação por ter acompanhado e fiscalizado o processo unificado de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, no dia 6.10.2019, a ser usufruído no dia 27.2.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4743/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Juliana Pellegrino Vieira	18.3, 3.6, 11 e 12.8.2018	7, 8, 9 e 10.1.2020
Romão Avila Milhan Junior	23.7, 11, 12 e 13.8.2017	7, 8, 9 e 10.1.2020
Talita Zoccolaro Papa Muritiba	28 e 29.7, 25 e 26.8.2018	7, 8, 9 e 10.1.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4746/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Jui Bueno Nogueira 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 4 a 11.7.2018 e 19 a 26.9.2018, a serem usufruídos nos dias 13, 14, 15, 16 e 17.1.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4754/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a serem usufruídos nos dias 18 e 19.12.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4755/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Linhares Júnior licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 19.12.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4757/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição para o Plano de Seguridade Social da União requerida pelo Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (Processo PGJ/10/4704/2019):

TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
8 anos, 4 meses e 13 dias	1º.4.2009 a 10.8.2017	Analista	Ministério Público da União

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4763/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk como Fiscal do termo de cooperação técnica objeto do Processo PGJ/10/3780/2019 nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4771/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4319/2019-PGJ, de 20.11.2019, na parte que indeferiu ao Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado 30 (trinta) dias de férias regulamentares.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4711/2019-PGJ, DE 17.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Lucas Fernandes Nogueira Brandolis para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4778/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 6.1.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Juliana Dutra, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4779/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Hugo Daniel de Estefano Mazali Alves para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de Juliana Dutra.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4780/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 7.1.2020, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Andressa Rodrigues Crepaldi, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4781/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Ingrid Vitória Secco Dameão para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de Andressa Rodrigues Crepaldi.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4782/2019-PGJ, DE 27.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Diogo Banzer da Motta para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento, símbolo MPDS-104, na função de Chefe do Departamento do Centro de Pesquisa Análise, Difusão e Segurança da Informação, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, e considerá-lo exonerado do cargo de Assessor de Inteligência.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4744/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rafael Ademar Lemos de Moura, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para compor a Comissão Mista de Segurança da Tecnologia da Informação e Crimes Cibernéticos, a partir de 1º de dezembro de 2019, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2395/2016-PGJ, de 12.8.2016 na parte que designou o servidor Caio Marques de Oliveira Robaldo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4770/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o seguinte servidor ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
SERVIDOR	**CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE**	**A PARTIR DE**
Isaac Laitart	Técnico I/Administrativa	7.1.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4772/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Elpidio Junior das Neves Lima, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, na área de atividade Motorista, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços no Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, a partir de 13.1.2020, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4762/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/3777/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativo – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 4776/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestor e fiscais do Contrato nº 73/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquiteto; 2.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3) Fiscal Administrativo – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3.1) Suplente – Marlon Eduardo D'Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas (Processo PGJ/10/4458/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 4777/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais dos Contratos nºs 78 e 79/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal – Megaron Molossi, Analista/Arquiteto; 2.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/2981/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 4773/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4649/2019-PGJ, de 12.12.2019, que estabeleceu a escala de plantão para o feriado forense de 19.12.2019 (18h01min) a 7.1.2020 (7h59min) dos Assessores de Procurador, Assessores Jurídicos e Técnicos I e II, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução nº 24/2018-PGJ, de 6.11.2018:

● na parte onde consta:

II. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE		
DATA	SERVIDOR	
	ASSESSOR JURÍDICO	TÉCNICO I OU II
25.12.2019	Jeovane da Silva Gomes	Elizangela Cristina Paes da Silva
	Felipe Aquino Paz Saccenti	
	Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister	
29.12.2019	Milena Paula Rubio	Kellen Ferreira Nunes
	Pedro Antonio Bozzio da Silva	
	Tsutomu Matsunaga	
30.12.2019	Diego Vaz Bruschi	Fernando da Costa Rocha
	Flavio Ricardo de Souza	
	Pedro Antonio Bozzio da Silva	

● passe a constar:

II. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE		
DATA	SERVIDOR	
	ASSESSOR JURÍDICO	TÉCNICO I OU II
25.12.2019	Jeovane da Silva Gomes	Elizangela Cristina Paes da Silva
	Alessandro Alcides Bogo	
	Lincoln Ricardo Miglioli Bauermeister	
29.12.2019	Luciana Rodrigues Mandu	Kellen Ferreira Nunes
	Pedro Antonio Bozzio da Silva	
	Tsutomu Matsunaga	
30.12.2019	Diego Vaz Bruschi	Fernando da Costa Rocha
	Jeovane da Silva Gomes	
	Pedro Antonio Bozzio da Silva	

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4721/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Suzana Costa Val Gomide Baroli, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento do seu cônjuge, a partir de 13.12.2019, nos termos da alínea "b" do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4722/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Zilda Gonçalves Bittencourt Vieira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento do seu filho, a partir de 13.12.2019, nos termos da alínea "b" do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4723/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias, e no dia 17.1.2020, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4724/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lygia Mara Rosa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, no período de 20 a 29.1.2020, em razão de férias, e nos dias 30 e 31.1.2020, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da titular, Jokasta dos Santos Lopes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4725/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ellen Beatriz do Nascimento Oliveira Rotta, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias, e no dia 17.1.2020, em razão de licença compensatória referente a banco de horas da servidora Handreza Oviedo Alves Martins.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4726/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Fabrini Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça da comarca de Inocência, no período de 8 a 17.1.2020, durante as férias da servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4727/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Fernanda Fabrini Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.1.2020, durante as férias da servidora Vivian Sheilis Bögger Queiroz.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4728/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Tayse Bielecki Yamanaka, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias, e no dia 17.1.2020, em razão de licença compensatória referente a feriado forense da servidora Alana Teixeira Mazaro.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4729/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Raíssa Bernardino Campos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Chapadão do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias, e no dia 17.1.2020, em razão de licença compensatória referente a feriado forense do servidor Marcelo Roque Daltro Tosta.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4730/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Beatriz Almeida Ribeiro, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a Assessoria de Cerimonial, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias da titular, Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4731/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Beatriz Almeida Ribeiro, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, coordenar a Assessoria de Cerimonial, nos dias 18 e 19.12.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral, e no dia 17.1.2020, em razão de licença compensatória da titular, Rosimara Bandeira Vasques de Almeida.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4732/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Terezinha de Jesus Nantes Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 23 (vinte e três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 11.12.2019 a 2.1.2020, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea "c" do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea "g" do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4733/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Paulo Henrique Gonçalves Rezende, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 10% (dez por cento) do adicional de qualificação, a contar de 4.12.2019, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso II e §§ 2º e 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso II e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 3544/2017-PGJ, de 17.10.2017, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 7,5% (sete e meio por cento) do adicional de qualificação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4735/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 12.11.2019, a Portaria nº 1724/2016-PGJ, de 14.6.2016, que designou o servidor Jair Junqueira da Cunha, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, realizar diligências na comarca de Bandeirantes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4736/2019-PGJ, DE 18.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 7.1.2020, a Portaria nº 3870/2019-PGJ, de 18.10.2019, que designou a servidora Patricia Marim, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na 23ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4759/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8 a 14.12.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea "c" do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4760/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 3 a 9.12.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea "c" do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4761/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jonise Rodrigues Vieira, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 20.12.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea "d" do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea "g" do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4764/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Claudete Ferreira Rodrigues de Sá, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, nos seguintes períodos: 1º.3 a 30.4.2020, 1º.7 a 31.8.2020 e 1º.11 a 19.12.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4765/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Roberson Rosalin de Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, nos seguintes períodos: 7.1 a 29.2.2020, 1º.5 a 30.6.2020 e 1º.9 a 31.10.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4766/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Roberson Rosalin de Freitas, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias da servidora Claudete Ferreira Rodrigues de Sá.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4767/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2020, em razão de férias, e no dia 17.1.2020, em razão de afastamento do servidor Paulo Barbiero Dorigão.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4768/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristina Castilho Akatsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 20.1.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4769/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 21.1 a 29.2.2020.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

PORTARIA Nº 4774/2019-PGJ, DE 19.12.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Farley Leles Froes Medeiros, ocupante do cargo efetivo de Analista/Engenharia Agrônoma, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 19.12.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea "c" do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 01/2020/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000298-3 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Esperança e o município de Anaurilândia - Assunto: apurar supostas irregularidades nos repasses públicos, oriundos do município de Anaurilândia para a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Esperança.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002811-4 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar irregularidade na contratação de professores não qualificados na Escola Estadual Pedro Afonso Pereira Goldoni.

2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000621-3 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na contratação da empresa J. Remonatto Sociedade Individual de Advocacia, mediante tomada de preços, para o fim de prestar consultoria administrativa em licitações e recursos humanos, inobstante o Município já possua Procuradoria Jurídica.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002510-6 - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual omissão do Estado de Mato Grosso do Sul em relação à conservação da Escola Estadual Camilo Bonfim, gerando situação de risco para os alunos. (IC nº 13/2013, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003675-8 - Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Terenos/MS - Assunto: Visando acompanhar a implantação e execução da política nacional de resíduos sólidos prevista na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, no município de Terenos/MS. (IC nº 07/2015, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003289-5 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar supostos casos de nepotismo na Administração Municipal de Terenos/MS.

5) Inquérito Civil nº 06.2019.00000833-3 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Prefeitura Municipal de Anaurilândia - Assunto: Fiscalizar as ações do município de Anaurilândia e de particulares no combate à Dengue.

3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001613-6 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nova Alvorada do Sul - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de empresas prestadoras de serviços médicos, de enfermagem e hospitalares por parte do município de Nova Alvorada do Sul/MS.
2) Inquérito Civil nº 06.2018.00003327-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana - Requerente: Wezer Lucarelli - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar denúncia de suposto desvio de dinheiro público na Prefeitura de Aquidauana, com emissão de nota fiscal e fornecimento de produto ou serviço com valor acima do pactuado. (IC nº 22/2011, migrado para o SAJMP).
3) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001356-9 - 10ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Dourados - Requerente: Anônimo - Requerido: - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de médicos auditores no Núcleo de Controle e Avaliação e/ou no Núcleo de Faturamento.
4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000468-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Cleonice Omito e o Ministério Público Estadual - Requerida: Ana Lucia Alves de Souza - Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pela funcionária pública municipal Ana Lúcia Alves de Souza, decorrente da possível acumulação irregular de cargo público e emprego privado, com incompatibilidade de horários. (IC nº 05/2016, migrado para SAJMP).

4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:
1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002359-6 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar possível irregularidade consistente na suposta veiculação da imagem do Prefeito em documentos emitidos pelo município de Terenos, bem como expostos nas dependências da Prefeitura.
2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001578-9 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Policia Militar Ambiental de Costa Rica MS - Requerido: Ártico Materiais Para Construção Ltda. - ME - Assunto: Registrar a autuação da Polícia Militar Ambiental de Costa Rica em desfavor de Ártico Materiais para Construção Ltda. - ME, por transporte de produtos de origem vegetal em desacordo com as normas ambientais vigentes.
3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000888-8 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do estabelecimento comercial com endereço na rua Marechal Floriano, nº 255, Copacabana, em Amambai (MS), denominado Retrô Beer, anteriormente titulado Bar do Nezinho.
4) Inquérito Civil nº 06.2018.00003429-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Sérgio Antonio Menegatti - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Quedas D'Água. (IC nº 44/2012, migrado para o SAJMP).
5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001595-2 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas. **Advogado: Robert Icasatti, OAB/MS nº 23.468. Advogada: Adriana Cavalcante de Araújo Alves, OAB/MS nº 9.219 e o Advogado: João Paulo de Camargo Echeverria, OAB/SP nº 249.220.**

5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:
1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000120-0 - 2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Camapuã/MS - Assunto: Apurar eventual irregularidade no atendimento ao paciente L.C.L.
2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001253-7 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas.
3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003039-7 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Câmara de Vereadores do Município de Água Clara e o município de Água Clara - Assunto: Apurar o descumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) pelo município de Água Clara e a Câmara Municipal de Água Clara, aferindo a implementação efetiva do Programa Brasil Transparente desenvolvido pela Controladoria-Geral da União e Ministério Público. (IC nº 13/2014, migrado para o SAJMP).

6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:
1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000440-4 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente na omissão quanto ao controle sobre a concessão de licenças para tratamento de saúde para os servidores públicos municipais de Deodápolis/MS. **Advogado: Edmur**

Aparecido Caccia Junior, OAB/MS nº 17.560.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000903-2 - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a forma de recebimento do serviço de implantação e manutenção do sistema de informática da Prefeitura Municipal de Sidrolândia (MS), eis que a notícia é de que o valor de R$ 32.000,00 teria sido empenhado para CNPJ baixado, o que pode ser um indício de irregularidade.

7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000909-0 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

2) Inquérito Civil nº 06.2016.00001354-6 (Sigiloso) - 10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados. **Advogados: Ana Gabriela Benites, OAB/MS nº 21.323 e outros (EDUARDO CAMPOS Advogados Associados).**

8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001446-4 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

2) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001245-9 (Sigiloso) - 17ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados.

3) Inquérito Civil nº 06.2015.00000321-1 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000234-5 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridas: Paviart Construtora e Incorporadora Ltda. e o Residencial Rio da Prata Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Assunto: Apurar eventuais desconformidades urbanísticas e ambientais no empreendimento Loteamento Esplanada III, em fase de implantação, no município de Chapadão do Sul.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000219-0 - Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S/A - Assunto: Apurar eventuais irregularidades da empresa ENERGISA Mato Grosso do Sul - Distribuidora de energia, no fornecimento do serviço e manutenção da rede elétrica, que vem acarretando em constantes oscilações e quedas de energia no município de Água Clara/MS.

3) Inquérito Civil nº 06.2019.00000492-6 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Anaurilândia - Assunto: Apurar o descumprimento do Contrato Administrativo nº 006/2018, especificamente quanto ao andamento e a execução da obra de reforma na Praça Dom Bosco, neste município de Anaurilândia.

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000809-1 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante.

Campo Grande, 19 de dezembro de 2019.

SILASNEITON GONÇALVES
Procurador de Justiça
Secretário Substituto do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/PGJ/2016.

Processo: PGJ/10/2659/2015.
Partes:
1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2 – **SH INFORMATICA LTDA.**, representado por **Suryha Haddad Zenatti**.
Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.
Objeto: **Prorrogação de vigência contratual** por mais 12 (doze) meses, para a prestação de serviços de implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos, com tecnologia de cartão magnético, para abastecimento de combustível (etanol, gasolina e diesel) e serviços de manutenção preventiva e corretiva (tais como óleos lubrificantes, filtros, serviços gerais de oficina mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, retífica, peças em geral e pneus, em rede de serviços especializada), com gerenciamento e controle dos veículos automotores que compõem a frota do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor estimado mensal: para a execução dos serviços é de R$ 67.550,00 e para abastecimento é de R$ 68.756,25
Vigência: 13.01.2020 a 12.01.2021.
Data de assinatura: 18 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 120/PGJ/2017.

Processo PGJ/10/4214/2017.
Partes:
1 – **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2 – **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por seu Gerente Geral, **Ricardo Santa Cruz Cesar**.
Procedimento licitatório: Dispensada - inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993.
Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.
Objeto: A prorrogação do prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, para prestação de serviços relativos à emissão e administração de cartão de pagamento para aquisições de bens e serviços, sem a emissão de tarifa bancária.
Vigência: 02.01.2020 a 02.01.2021.
Data de assinatura: 17 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/PGJ/2019

Processo n° PGJ/10/4693/2019.
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público,** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- DEMARKA DECORAÇÕES E SERVIÇOS LTDA, representada por **Marcia Helena de Campos Arce**.
Licitação: Dispensada.
Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Objeto: Prestação de serviços de impermeabilização da laje e do telhado, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços, para atender ao prédio da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, ala D, salas 55 e 56.
Valor total: R$ 16.936,56 (dezesseis mil novecentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos), nos termos da Nota de Empenho n° 2019NE000336, de 11.12.2019.
Vigência: 17.12.2019 a 17.06.2020.
Data de assinatura: 17 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/PGJ/2019

Processo n° PGJ/10/3129/2019
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional, **Hudson Shiguer Kinashi**;
2- SUNLINE VIAGENS E TURISMO LTDA, representada por **Ana Carolina de Melo Costa**.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).
Objeto: Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, para atender às necessidades do Contratante.
Valor total: R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), nos termos da Nota de Empenho n° 2019NE005947, de 14.11.2019.
Vigência: 11.01.2020 a 11.01.2021.
Data de assinatura: 9 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/4611/2019.
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.
Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).
Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor contratual total: R$ 3.045,00 (três mil e quarenta e cinco reais), nos termos das Nota de Empenho nº 2019NE000275 e 2019NE000277, ambas de 26.11.2019.
Vigência: 10.12.2019 a 10.12.2020.
Data de assinatura: 10 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/4610/2019.
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.
Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).
Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor contratual total: R$ 9.663,00 (nove mil seiscentos e sessenta e três reais), nos termos das Nota de Empenho nº 2019NE000276 e 2019NE000278, ambas de 26.11.2019.
Vigência: 10.12.2019 a 10.12.2020.
Data de assinatura: 10 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/4694/2019.
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público,** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.
Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).
Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor contratual total: R$ 16.008,00 (dezesseis mil e oito reais), nos termos das Nota de Empenho nº 2019NE000290 e 2019NE000291, ambas de 29.11.2019.
Vigência: 10.12.2019 a 10.12.2020.
Data de assinatura: 10 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 92/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/4743/2019.
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público,** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.
Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).
Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor contratual total: R$ 2.170,00 (dois mil cento e setenta reais), nos termos das Nota de Empenho nº 2019NE000298 e 2019NE000299, ambas de 03.12.2019.
Vigência: 11.12.2019 a 11.12.2020.
Data de assinatura: 11 de dezembro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/PGJ/2019.

Processo: PGJ/10/4745/2019.
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público,** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, representada por **Cleber Luiz de Conto**.
Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 14/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).
Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Valor contratual total: R$ 3.045,00 (três mil e quarenta e cinco reais), nos termos das Nota de Empenho nº 2019NE000296 e 2019NE000297, ambas de 03.12.2019.
Vigência: 11.12.2019 a 11.12.2020.
Data de assinatura: 11 de dezembro de 2019.

REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/PGJ/2019, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.115, DE 18.12.2019, PÁGINA 13.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/PGJ/2019

Processo n° PGJ/10/3129/2019.
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional, **Hudson Shiguer Kinashi**;
2- LONDONTUR VIAGENS E TURISMO LTDA, representada por **Airton Ramos** e **José Bento Ramos**.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 14/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).
Objeto: Prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação remarcação, endosso e fornecimento de PASSAGENS AÉREAS INTERNACIONAIS, para atender às necessidades do Contratante.
Valor total: R$ 30.000,00 (trinta mil reais), nos termos da Nota de Empenho n° 2019NE005948, de 14.11.2019.
Vigência: 11.01.2020 a 11.01.2021.
Data de assinatura: 9 de dezembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/PGJ/2019-SRP – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.060 DE 27 DE SETEMBRO DE 2019 (PÁGINA 7) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2526/2019
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **COMERCIAL DE ALIMENTOS ZAFIRA - EIRELI,** representada por **Victor Hugo Yoshiharu Ogawa**.
Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 9/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R$)
12	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	50	42,59
13	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	50	41,47
14	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	500	39,83
17	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: ECONOMICA.	Pacote	8	44,28

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).
Data de assinatura: 25 de setembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/PGJ/2019-SRP – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.059 DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 28 A 29) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2526/2019
Partes:
1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- YOUSSIF AMIM YOUSSIF, representada por **Youssif Amim Youssif**.
Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 9/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R$)
2	Escova para limpeza com cerdas de nylon, estrutura de madeira ou plástica, formato ovalado ou retangular, medindo no mínimo 6cm x 5cm x 13cm. Marca: FRICCI.	Unidade	50	2,26
3	Esponja de fibra sintética, dupla face, para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 7cm x 11cm x 2,2cm (admitindo-se 1,5cm para mais ou para menos), embalagem individual. Marcas de referência: Bombril, Assolan ou Scotch Brite 3M. Marca: BOMBRIL.	Unidade	50	1,31
4	Esponja de lã de aço, acondicionada em fardo contendo 14 pacotes com 8 unidades cada (14x8). Marcas de referência: Bombril, Assolan, Ypê ou Q'Lustro. Marca: Q'LUSTRO.	Unidade	50	19,97
5	Inseticida à base de água, aerossol, multiuso, sem componentes à base de petróleo, embalagem contendo no mínimo 300 ml, com registro ou notificação no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem. Marcas de referência: SBP, Raid ou Baygon. Marca: BAYGON.	Frasco	100	9,90
6	Limpador multiuso para pisos, cozinhas, banheiros, azulejos e superfícies laváveis, com ingredientes removedores de sujeiras e gorduras, possibilidade de utilização do produto puro ou diluído, embalagem contendo 500ml. Deverá estar estampada na embalagem do produto a data de fabricação, data de validade, registro, notificação ou protocolo no Ministério da Saúde e ainda nome do responsável técnico ou nº do CRQ. Marcas de referência: Veja, Ajax, Ypê, Ingleza. Marca: UAU (INGLEZA).	Unidade	60	3,80
9	Papel higiênico branco, macio, sem perfume, picotado e gofrado ou texturizado, 100% fibra celulósica virgem, folha dupla, rolo com 30m x 10cm, embalagem plástica com quatro rolos, com composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante na embalagem. Indústria brasileira. Marcas de Referência: Neve, Personal, Cotton ou Klass. Marca: PERSONAL.	Unidade	960	5,19
11	Sabão em pó, com enzimas, para limpeza geral, biodegradável, embalagem plástica de 1 Kg, com registro do Ministério da Saúde. Químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações gerais do fabricante estampadas na embalagem do produto. Marcas de referência: Brilhante, Omo, Ace ou Tixan. Marca: TIXAN.	Unidade	50	7,97
18	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 200 litros, medindo no mínimo 0,95m x 1,20m, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: PORTOPLAST.	Pacote	50	66,87

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).
Data de assinatura: 24 de setembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/PGJ/2019-SRP – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.063 DE 2 DE OUTUBRO DE 2019 (PÁGINA 10) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/2526/2019
Partes:
1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **CCS PLÁSTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, representada por **Henrique Castellani Vetorello**.
Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 9/PGJ/2019.
Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).
Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de limpeza (balde, esponja, sabão etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R$)
15	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor verde, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: CCS PLÁSTICOS.	Pacote	50	49,00
16	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor vermelha, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: CCS PLÁSTICOS.	Pacote	50	46,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).
Data de assinatura: 25 de setembro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

INQUÉRITO CIVIL N.º 06.2018.00001093-9

Órgão De Execução: 43ª Promotoria de Justiça de Campo Grande
Área De Tutela: Consumidor
Abrangência: Local
Partes:
Compromitente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso Do Sul
Compromissária: CLÍNICA CARANDÁ SS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 01.607.917/0001-11, com sede na av. Afonso Pena, n. 3927, Campo Grande (MS), representada pela Ilma. Senhora Maria Teodorowic Reis.
Objeto Do Compromisso: Resguardar, preservar, equilibrar e proteger as relações de consumo entre a
Compromissária Clínica Carandá SS Ltda. e os consumidores que tomam os serviços médico-hospitalares de referida pessoa jurídica fornecedora.
Endereço Eletrônico Para Consulta De Inteiro Teor Do Procedimento E Do Tac: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Data da Assinatura: 12/12/2019.

LUIZ EDUARDO LEMOS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 42/2019.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00001886-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Pieguela Echeverria Ziolkowski.

Objeto: Apurar eventual degradação ambiental da Área de Preservação Permanente no Lote 04, na quadra 17, localizada na Rua Renato Vinholes Ferreira, nº 181, Bairro Jardim Auxiliadora, de propriedade de Pieguela Echeverria Ziolkowski assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.

Campo Grande, 19 de dezembro de 2.019.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO
Promotora de Justiça.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAARAPÓ

EDITAL 014/2019/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001763-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Caarapó/MS e Sanesul.

Assunto: Adequar o estabelecimento da meta de cobertura mínima do esgotamento sanitário do Município de Caarapó-MS previsto no contrato nº 003/2019, firmado com a SANESUL.

Caarapó-MS, 18 de dezembro de 2019.

ARTHUR DIAS JUNIOR
Promotor de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0001/2019/12 ZE/CXM

A Promotoria Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral torna pública a Instauração do PPE - Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2019.00001514-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

PPE - Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2019.00001514-5.

Requerente: Primeira Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto abuso de poder político e do uso de meios de comunicação.

Coxim/MS, 18 de dezembro de 2019.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 09.2019.00003788-3

Requerente: Ministério Público
Requerido: Município de Vicentina
Objeto: acompanhar implantação do Plano Municipal decenal de Atendimento Socioeducativo no Município de Vicentina.

RECOMENDAÇÃO n. 0006/2019/02PJ/FSU

Recomenda ao Prefeito do município de Vicentina; que providenciem a elaboração e formalização do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, pelas razões a seguir.

O Titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada da Infância e da Juventude da comarca de Fátima do Sul-MS, no uso de suas atribuições legais, em especial a alínea "c" do § 5º do art. 201 do ECA,

CONSIDERANDO que a municipalização do atendimento é diretriz basilar para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, conforme preconizado no art. 227, §7º c/c art. 204, inciso I, da Constituição Federal e do art. 88, inciso I, do ECA;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), determinou em seu art. 5º, a obrigação municipal acerca do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, destinado ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, nos seguintes termos:

> SINASE: Art. 5º Compete aos Municípios: I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo Estado; II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual; III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto; IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo; V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.
>
> § 1º Para garantir a oferta de programa de atendimento socioeducativo de meio aberto, os Municípios podem instituir os consórcios dos quais trata a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.
>
> § 2º Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal.
>
> § 3º O Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo será submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
>
> § 4º Competem ao órgão a ser designado no Plano de que trata o inciso II do caput deste artigo as funções executiva e de gestão do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o direito de convivência familiar e comunitária dos adolescentes autores de ato infracional, conforme preconizado no art. 100, caput, parágrafo único e inciso IX c/c art. 113, ambos do ECA e no art. 35, inciso IX e artigo 54, incisos IV e V, do SINASE;

CONSIDERANDO que conforme o art. 7º, § 2º, do SINASE, os municípios têm o dever de elaborar e aprovar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar data da publicação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo que foi aprovado pela Resolução nº 160, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e publicado em data de 19 de novembro de 2013, pelo que, portanto, resta o prazo em questão expirado;

CONSIDERANDO que a política socioeducativa municipal para ser formalizada depende da formulação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, que deve ser de cunho intersetorial e de abrangência decenal (art. 5º, inciso II c/c art. 7º, § 2º c/c art. 22, inciso IV todos do SINASE);

CONSIDERANDO a necessidade de articulação dos órgãos e setores da administração responsáveis pelas áreas referenciadas no art. 8º do SINASE, dentre outras, para o processo de elaboração dos aludidos Planos de Atendimento Socioeducativo;

CONSIDERANDO, por fim, que o Ministério Público tem o dever institucional de defender a ordem jurídica e de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública destinados à efetivação dos direitos assegurados às crianças e adolescentes, em observância aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta inerentes à matéria;

RESOLVE RECOMENDAR AO PREFEITO MUNICIPAL DE VICENTINA/MS apto a deflagrar o processo de elaboração, publicação e instituição do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em atenção aos dispositivos legais e fundamentos supramencionados, que adote todas as medidas administrativas e legais acerca do plano municipal em comento, haja vista que o prazo para sua elaboração está expirado desde 2014, sob pena de incorrer em ato de improbidade administrativa previsto no art. 11, caput e inciso II, da Lei n. 8.429/1992, posta a não observância da ordem legal e pelo atentado contra os princípios da Administração Pública.

Requisita-se, em 30 (trinta) dias úteis, informação escrita sobre as providências adotadas em face da presente Recomendação (ECA, art. 201, § 5º e alíneas).

Os destinatários ficam advertidos de que o descumprimento da presente recomendação poderá acarretar na propositura de ação judicial cabível.

Encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Vicentina/MS, para ciência.

Sem prejuízo, encaminhe-se, ainda, cópia da presente Recomendação a PGJ, via e-mail institucional, para publicação no Diário Eletrônico do MPMS, visando maior publicidade.

Fátima do Sul/MS, data da assinatura digital.

RODRIGO CINTRA FRANCO
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 17/2019

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul – MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2019.00000767-8 em Inquérito Civil nº 06.2019.00000767-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, nº 810, Jardim Primavera, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Nº 06.2019.00000767-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Educação

Assunto: Apurar a suposta omissão do Município em relação ao funcionamento dos Centros de Educação Infantis de Fátima do Sul (CEIMs), tendo em vista redução da carga horária.

Fátima do Sul-MS, 19 de dezembro de 2019.

LINDOMAR TIAGO RODRIGUES
Promotora de Justiça em Substituição Legal

PARANAÍBA

EDITAL Nº 006/2019

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Paranaíba/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001879-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Paranaíba.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na aprovação de operação de crédito consubstanciado em empréstimo pelo Município de Paranaíba.

Paranaíba, 17 de dezembro de 2019.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0144/2019/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 04/04/2019, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Jose Adair Barcelos da Luz e Valdemar Rodrigues Pereira, proprietários do imóvel rural denominado Fazenda Água Boa, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil nº 06.2018.00002059-9, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Ponta Porã/MS, 16 de dezembro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0145/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003983-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003983-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: acompanhar o cumprimento da sentença condenatória relativa à implementação de drenagem pluvial e limpeza urbana nas ruas Ciro Belmonte de Souza, Francisco Puing, Napoleão Alves de Oliveira e Manoel Ramos, em Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 18 de dezembro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0146/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004213-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo .

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004213-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial firmado com o Município de Ponta Porã objetivando regularizar as inadequações relativas ao funcionamento do Serviço Ambulatorial Especializado, Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA, bem como o Centro Integrado de Saúde – CIS, Unidade de Saúde da Família Dr. Nery A. Azambuja e demais unidades que compõe a rede de atenção básica de saúde municipal

Ponta Porã/MS, 18 de dezembro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0147/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2019.00001784-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001784-3

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Cecilia Caceres

Assunto: apurar possível cumulação indevida de cargo no âmbito da Câmara Municipal de Antônio João

Ponta Porã/MS, 18 de dezembro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0148/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004232-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00004232-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Uemura e Cia Ltda EPP

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo judicial firmado nos autos da Ação Civil Pública n.0800282-50.2014.8.12.0019 objetivando a compensação ambiental pelos danos potencialmente causados durante os anos em que o Cemitério Parque Primavera funcionou sem licença ambiental.

Ponta Porã/MS, 18 de dezembro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

RIBAS DO RIO PARDO

EDITAL Nº 0051/2019/01PJ/RRP

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ribas do Rio Pardo/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017, bairro Nossa Senhora da Conceição

CEP 79180-000, Ribas do Rio Pardo/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001662-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Valdyr Sylvio Bondan

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 1,24 hectares de vegetação nativa em área de Savana Arborizada sem floresta de galeria, na Fazenda Santa Terezinha (CARMS0006181), no Município de Ribas do Rio Pardo/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 374/19/NUGEO - Programa DNA Ambiental (2016 – 2017).

Ribas do Rio Pardo,18 de dezembro de 2019.

GEORGE ZAROUR CEZAR
Promotor de Justiça

SIDROLÂNDIA

EDITAL Nº 011/2019/3ªPJ-SDN

A 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000877-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: LINK SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA-EPP e Município de Sidrolândia(MS).

Assunto: Apurar a existência de irregularidades no aditivo do contrato n. 038/2019, firmado entre Município de Sidrolândia e "LINK SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDAEPP", ante a notícia de incremento sem motivação.

Sidrolândia/MS, 17 de dezembro de 2019.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça